

Recebido em 12/05/2017 e aprovado em 07/08/2017

IMPEACHMENT, PERVERSÃO E MISOGINIA

IMPEACHMENT, PERVERSION AND MISOGYNY

Muriel Emídio Pessoa Amaral^{*}
José Miguel Arias Neto^{**}

Resumo: A proposta desse artigo é de discutir as montagens e fetiches perversos acerca da presidente Dilma Rousseff, tendo como parâmetro manifestações misóginas nos sites e revistas *Veja* e *Isto É*. A partir da concepção sobre discurso elaborada por Michel Foucault, o artigo pretende esclarecer como esse dispositivo estava a par de noções perversas, da mesma forma que ações midiaticizadas também integram no espaço social como ações perversas por esses discursos.

Palavras-chave: Dilma Rousseff. Perversão. Misoginia. Discurso.

Abstract: The proposal of this article is to discuss the montages and perverse fetishes about President Dilma Rousseff, having as a parameter misogynist manifestation in *Veja* and *Isto é's* sites and magazines. From the conception about discourse elaborated by Michel Foucault, the article intends to clarify how this device was related to perverse notions, just as mediated actions also integrate in the social space like perverse actions by these discourses.

Keywords: Dilma Rousseff. Perversion. Misogyny. Discourse.

^{*} Doutorando em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru), onde fez mestrado defendendo a dissertação "Representação do Corpo Masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal *Lampião da Esquina* e na revista *Junior*". Foi professor da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Desenho Industrial (modalidade virtual). Desenvolve pesquisas sobre gênero, sexualidade, corpo e comunicação.

^{**} Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Relações Internacionais pela UNESP/USP/PUC-SP. É professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da UEL, bem como do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

Considerações preliminares

Antes de adentrarmos ao reconhecimento dos discursos midiáticos (textos e fotografias) e a midiatização de práticas misóginas no cenário político, é importante que algumas considerações sejam feitas. Primeiramente, a intenção desse texto não é de adotar posturas que possam defender o Partido dos Trabalhadores (PT), nem amenizar o impacto das denúncias envolvendo políticos profissionais e demais indivíduos em esquemas de corrupção, desvio de dinheiro público ou gestões fraudulentas. Todavia, é necessário considerar que as representações discursivas midiáticas e as manifestações públicas contra a presidente Dilma e ou PT não se verteram necessariamente no combate à corrupção ou pela moralização da política partidária, mas no desenvolvimento e promoção de desqualificação pessoal e moral, segmentação política e a emergência de paixões no espaço público, além da agressividade às questões de gênero.

Por esse caminho, esse texto aborda como as representações midiáticas da presidente Dilma não efetivam contribuições enriquecedoras para o campo político, tampouco podem ser benéficas para o enfrentamento de ações contra a corrupção, mas auxiliam na promoção de perversões, contribuindo significativamente para o enfraquecimento do espaço político, abarcando em movimentos de midiatizações de ódio e misoginia. Para reconhecer esses movimentos, a pesquisa se apoia nas edições da revista *Veja* (nº 2074, de 2008; nº 2455, de 2015; nº 2477 e nº 2474, de 2016); e *Isto É* (nº 2417, de 2016) e sites dessas publicações.

Atribuições metodológicas

A pesquisa considera textos e fotografias como sendo discursos. Mesmo que operando segundo materialidades diferentes, ambos podem ser

considerados discursos porque, além de serem compostos por signos que quando orquestrados apresentam significância como cores, elementos gráficos e angulação, no caso de fotografias; e palavras, semântica e léxico, no caso de texto, são dotados de sentido e podem ser reverberados no cenário social. As fotografias são resultado de atividades que produzem símbolos; são manipuladas, armazenadas e, assim, são compreendidas como mensagens (FLUSSER, 2002). Os discursos verbais também são elaborados de acordo com o posicionamento dos sujeitos que os compuseram e essa condição vai além da concepção do discurso enquanto um valor semântico. No entendimento de Michel Foucault (1986), o discurso precisa ser analisado como representação do contexto histórico, que leva em consideração também o sujeito que o promove, além de ser um dispositivo tecnológico de poder:

(...) o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56, grifo do autor)

Esse *mais* apresentado por Foucault é justamente observar o discurso como sendo uma condição para além da concepção semântica, onde se encontra também o reconhecimento histórico do discurso. Como a formação discursiva de textos e fotografias são sintomas da influência de poder, não devemos nos esquecer, como apresenta Foucault (2003), que

em “toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 8-9).

O propósito de Foucault ao pensar sobre discursos foi de acompanhá-los enquanto dispositivos tecnológicos, ou seja, como força de poder para moldar corpos, subjetividades e agir para controles e disciplinas em nome da segurança social; assim foram, por exemplo, os discursos médicos e jurídicos para a manutenção da saúde e da moral nos séculos XIX e XX. Pela necessidade de controle e disciplina, os discursos dessas áreas passaram a ser considerados como verdade, estabelecendo uma ordem de poder-saber, que fortifica discursos e sujeitos para moldar verdades segundo aspectos de poder. Na presente discussão, embora não seja intenção aprofundar a teoria do discurso foucaultiana, a produção de verdade pela relação poder/saber emerge como dimensões indissociáveis; o discurso passa a ser um valor de verdade pelo movimento organizado pelo poder. Em análises que se utilizam de imagens, em especial a fotografia, como apresenta Kossoy (2002), também trilham caminhos semelhantes, especialmente no espaço midiático para o fomento de realidades e verdades:

(...) onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das idéias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública (...), a imprensa, ou grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades. (p.20-22)

Foucault acredita na fundamentação da verdade pelo discurso pela relação de poder que é exercida. Por isso que o autor ainda afirma que a verdade torna-se um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1988, p.14). Essa força é possível a partir do momento que passa a circular na sociedade pelos afetos que são desenvolvidos por intermédio dos interlocutores no bojo social, ou seja, poder de circulação do discurso é possível a partir do desenvolvimento de sinestesia entre os interlocutores envolvidos. Após as análises discursivas, esse texto pretende analisar como as propostas discursivas imagéticas e textuais midiáticas são reverberadas no tecido social pela mediação que também apresentam sinais de perversões e misoginia.

Analisar as perversões de cunho misógino no âmbito político requer compreender que o sentido de gênero não perpassa a questão biológica; ser mulher ou homem são construções históricas que foram edificadas em diálogo com a cultura e expressões sociais, como aponta Joan Scott (1995). O pensamento da historiadora alcança o reconhecimento do gênero enquanto manifestação de poder. Assim como o pensamento desenvolvido por Foucault sobre discurso e sexualidade, as questões de gênero para Scott é um campo de conflitos e tensões de enfrentamentos que requer análises do ponto de vista histórico para compreender que gênero não apresenta genealogia única e fundamental, mas complexa e heterogênea. Além disso, a autora reconhece a interferência de discursos na formação cultural dos gêneros, bem como suas atuações e espaços de representação que estabelecem quais códigos devem ser masculinos ou femininos:

Conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que

afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. (SCOTT, 1995, p. 86)

Por esse viés, o cenário político partidário não contempla de modo significativo a participação de mulheres, a despeito delas serem a maior parte da população brasileira. Além do ódio e aversão às ações petistas e de esquerda, lidar com a reeleição de uma mulher é algo agressivo para os códigos conservadores, (com o agravante de manifestações conservadoras que circulam, inclusive, em instituições democráticas como o Congresso Nacional) um motivo para suscitar ações perversas como práticas sociais para aniquilar aquilo que incomoda que é uma mulher no comando do país.

Acerca das perversões, de modo sintético, a sua estruturação consiste na renegação do processo de castração, isto é, o sujeito identifica na atuação do falo paterno a possibilidade de ser castrado e interromper a relação incestuosa e de gozo com o seu primeiro objeto de prazer: a mãe. A renegação desse processo é articulada para a permanência do gozo. Por essas considerações é que podemos adentrar sobre a formação de *montagem*, conceito abordado por Daniel Sibony (2000) e que integra a moral perversa. "(...) la perversion est une folle volonté de donner un sens à la vie, unsens à portée de main. Avec de bribes de code inertes le futur pervers compose on code de Loi, son alphabet sacré. Il est l'agencement matériel de ce code¹". (SIBONY, 2000, p.119, grifo do autor). O conceito de montagem foi desenvolvido dentro da psicanálise como sendo a construção da realidade fictícia e a subversão da lei² existente para o exercício do gozo. Para isso, há a necessidade da fabricação de contextos que são esquematizados para que o sujeito perverso permaneça em gozo; evitando,

¹ Tradução livre: A montagem é uma vontade insana de oferecer um sentido à vida, um sentido de imediato. Com brechas nos códigos imóveis, o futuro perverso compõe seu código de lei, seu alfabeto sagrado. Ele é o agenciamento material desse código.

² A lei nesse sentido não se restringe apenas à ordem legislativa e constitucional, mas também em códigos morais que deveria ser empreendidos para a ordem social.

assim, a angústia e sofrimento. As montagens criam a atmosfera para manter essa situação para não seguir a lei, mas uma forma própria de lidar com a realidade e com os contextos (SIBONY, 2000). Entre as práticas mais reconhecidas das montagens é a composição de fetiches. Na psicanálise, o fetiche é o objeto de *empréstimo* (SAFATLE, 2010), ou seja, a adoção de algo em lugar de outro para manifestação de prazer, todavia, o objeto relacionado ao fetiche não é o legítimo objeto de gozo, suspendendo o sofrimento no advento de soluções engenhosas:

(...) a fim de conformá-los a estruturas fantasmáticas, temos uma posição subjetiva não mais caracterizada pelo desconhecimento. Pois o sujeito tem claramente a ciência da "fabricação" que ele impõe ao objeto; ou seja, de uma forma paradoxal, trata-se de uma reificação que se revela enquanto tal. Tanto é assim, que o fetichista conhece bem o caráter intercambiável e substituível dos objetos de seu desejo, pois usa fixação não é ao objeto, mas ao traço atributivo que ele porta e a respeito do qual ele sabe muito bem um atributo do objeto. (SAFATLE, 2010, pp.77-78)

A questão do processo de produção de montagens vai além da estruturação de gozo e pode tornar-se argumento para a promoção de violências simbólicas. No entendimento de Szpancenkopf (2011), as montagens obedecem apenas aos prazeres e gozos individuais, não prezando pelas práticas políticas, sendo consideradas manifestações de dessubjetivação e instrumentalização do outro, ou seja, "(...) o outro não tem valor de mercado, nem de vida, nem de existência – a desigualdade social fomentada por incapacidade econômica, para não falar das que já implicam raça e gênero" (p.13) e isso justifica a desconsideração do outro no espaço público. Esses entendimentos oferecerão base para compreender como os discursos promoveram manifestações de ódio e repúdio, ainda mais dentro do campo de manifestações misóginas, levando

em consideração também a participação da população e da mídia na promoção das manifestações dessa qualidade.

O processo de *impeachment* sofrido pela presidente pode ser considerado uma montagem perversa. O texto que fundamentou o impedimento de Dilma, que foi aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, preso por suspeita de corrupção, e escrito por Janaina Paschoal, Helio Bicudo e Miguel Reale Junior, alegava ilegalidade quanto às pedaladas fiscais³ e que isso justificaria a necessidade de impedimento. Essa ação poderia ser legal se tivesse a aprovação do Congresso, algo que não aconteceu, nem sequer foi apreciado pela instituição. Entretanto, é importante salientar que essa medida foi feita em outras gestões presidenciais e governantes estaduais e nenhum deles foi penalizado por isso, ao menos com a votação de *impeachment*. O mesmo Congresso que julgou improcedentes as pedaladas, julgou a lei 13.332/2016 que prevê a flexibilização de regras para créditos suplementares, que são as próprias pedaladas. Assim, a intenção do impedimento não foi necessariamente de promover o desenvolvimento político, quiçá foi de fortificar ações de defesa a interesses de um determinado grupo que seria possível apenas com a saída da presidente do cargo.

Análises discursivas e midiáticas

As manifestações que deveriam operar segundo o propósito de indignação a ações ilícitas ou obscuras nas gestões petistas verteram-se para a desqualificação moral e pessoal, o que incluem as manifestações de cunho misógino e a ascensão de grupos que não prezam pela manutenção

³ As pedaladas fiscais são ações que atrasariam o repasse de verbas a bancos públicos o que poderiam comprometer o pagamento de outras medidas, entretanto as pedaladas podem ser consideradas como deslizes pela responsabilidade fiscal. A verba atrasada seria aplicada em outros setores que foram considerados pelo governo como prioridade, como os programas de transferência de renda.

do espaço público da política. A partir dessas movimentações de poder, são percebidas as primeiras manifestações de montagens para subverter a realidade e servir de argumento que justifique a anulação do espaço político.

Compreendemos o termo político sob a ótica de Hannah Arendt (1979) que o reconhece como manifestação pública pareada à liberdade, ou seja, no espaço político, além de haver a necessidade de promoção de ações coletivas para o bem-estar social, há também a obrigatoriedade da liberdade. Por isso que, na visão de Arendt, governos autoritários e totalitários, além de guerras, independentemente da qualidade de posicionamentos regimentais, não poderiam ser considerados como ações políticas, uma vez que privam os cidadãos da liberdade de escolha, opiniões e exposição pública. Política e liberdade, para a autora, são elementos coincidentes dentro do universo público. Sob esse prisma, Bittar (2011) considera que:

A castração das dimensões do espaço público que facultam a usurpação do poder, a manipulação da legitimidade popular do poder, bem como a sedimentação de ideologias extremistas são formas de degenerar a política e o espaço público. Arendt percebeu que onde não há verdadeiramente liberdade, onde não há consenso, não há possibilidade de prática política, que é uma atividade essencialmente dialógica e que carece de respeito ao outro para sobreviver. (p.275)

A ausência do pensamento em concerto da sociedade, ou seja, a capacidade de propor coletivamente soluções para o bem-estar social, outro posicionamento sobre política no entendimento arendtiano, também esmorece a qualidade política como de supor que uma mulher não seja apta a governar o país. Esses discursos, em sua maioria, são atravessados por posições conservadoras. A presidente foi alvo de discursos misóginos quando foi questionada sua sexualidade mesmo antes de assumir a presidência: o

modo de se vestir, a exigência de ser chamada de *presidenta* em documentos oficiais, além do seu comportamento intransigente, algo mais próximo a atitudes masculinizadas. Esses temas da forma como foram trazidos, desqualificam a mulher como governante em movimentos de dessubjetivação e desmerecimento no cenário político.

Reconhecer as primeiras manifestações perversas que envolvem gênero e sexualidade no discurso midiático é uma questão complexa. O exemplo a seguir evidencia uma montagem dentro o âmbito político que se envereda para discussão de gênero. Em agosto de 2008, a revista *Veja* apresenta como matéria de capa o título *Os erros não são só deles: Os estudantes brasileiros são os piores nos ranking internacionais mas/ mais de 90% dos professores e pais aprovam as escolas* e como imagem um menino em idade escolar escrevendo no quadro-negro a frase *O insino no Brasiu é otimo*. A perversão nesse caso apresenta nuances contra posicionamentos de esquerda para justificar a cegueira social nas escolas. É importante lembrar que a *Veja* se posiciona contrariamente aos movimentos e políticas assistencialistas e de esquerda, acreditando que ações neoliberais como privatização e a menor interferência do Estado na economia seriam o que trariam mais benefícios ao país. O dossiê apresenta a pesquisa realizada pela *CNT/Sensu*, encomendada pela própria revista, que aponta a satisfação com a educação entre pais que têm filhos em escola privada, 89%, e que 90% dos professores se dizem capacitados para dar aula. A montagem se estende na intenção de apresentar que todos estão sendo enganados, a despeito dos números:

A reportagem que vai ler pretende chamar a atenção para as raízes dessa cegueira e contribuir para que pais, professores, educadores e autoridades acordem para a dura realidade cuja reversão vai exigir mais do que todos estão fazendo atualmente – mesmo os que, como é o caso em especial dos pais, acreditam estar cumprindo exemplarmente sua função. (WEINBERG; PEREIRA, 2008, p. 74)

Como forma de subverter os dados da pesquisa encomendada, o quadro com o título *Para eles, a Finlândia é aqui*, são apresentados índices mais alarmantes da educação brasileira que, segundo a revista, são informações do Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (INEP) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A montagem da matéria se envereda para desmerecer posicionamentos denominados de esquerda presentes em escolas. A causa da cegueira apontada pela revista é justamente a doutrinação a que os estudantes são submetidos, isto é, cria-se um ambiente homogeneizante e uniforme pelas considerações de esquerda na educação, como exemplo, a pesquisa aponta que 29% dos professores utilizam Paulo Freire em sala de aula. Outra matéria tem o título *Prontos para o século XIX: muitos professores e seus compêndios enxergam o mundo como ele era no tempo dos tilburis. Como justificativa de "incentivar" a cidadania, incutem ideologias anacrônicas e preconceitos esquerdistas nos alunos* (p.76) apresenta a desqualificação do pensamento de esquerda:

Não é bobagem. A doutrinação esquerdista é predominante em todo o sistema escolar privado e particular. É algo que os professores levam mais a sério do que o ensino das matérias de classe, conforme revela pesquisa CNT/Sensus encomendada por Veja. Pobres alunos. Eles estão sendo preparados para viver no fim do século XIX, quando o marxismo surgiu como uma ideologia modernizante, capaz não apenas de explicar, mas de mudar o mundo para melhor, acelerando a marcha da história rumo a uma sociedade sem classes. Bem, estamos no século XXI, o comunismo destruiu a si próprio em miséria, assassinatos e injustiças durante suas experiências reais no século passado. (WEINBERG; PEREIRA, 2008, p. 74)

Além disso, foram elencados 130 livros didáticos de História e Geografia que, segundo a revista, doutrinariam os alunos aos ideais marxistas ou apresentariam alguma deficiência epistemológica. Para encerrar o dossiê, a *Veja* apresenta a ONG *Escola sem partido*, que preza pela

neutralidade ideológica. Nessa onda de limitação de assuntos em aula, esse movimento também se incomodou com o *Kit contra homofobia*, que foi idealizado no primeiro governo Dilma, em 2011, e que foi chamado por grupos e sujeitos de posicionamentos conservadores e de afinidade religiosa como sendo de *Kit Gay*, uma intenção de desqualificar aquilo que seria uma estratégia para combater a homofobia, acreditando também que os valores doutrinários poderiam ser perpassados pela *ideologia de gênero*, suposto fundamento que acredita que a sexualidade é fruto da educação doutrinária escolar⁴. O material que seria utilizado para combater a homofobia nas escolas é pervertido a algo degradante ao espaço político como sendo uma ferramenta doutrinadora de desejos e sexualidades.

A ascensão desses discursos conservadores⁵ anula inclusive a importância da discussão de gênero em sala de aula e a liberdade de pensar sobre o assunto. A intenção conversadora, como observa Avtizer (2016), cresceu após as manifestações de 2013, todavia, o discurso dessa qualidade teve movimentos muito antes como a matéria apresentada anteriormente. Para Avtizer, as manifestações daquele ano começaram em ações políticas, contudo abriram espaço para a pulverização de demandas, perdendo o foco na ação política de reivindicação, promovendo a ascensão de discursos que, como ele pontua, houve a atuação da mídia para que esses assuntos conservadores viessem à tona “ (...) essa orientação progressista não sobreviveu à entrada dos atores conservadores, que se aliaram à mídia televisiva e produziram outra agenda” (p.74). Mesmo sem citar o termo, a presença da mídia no espaço social caracteriza a

⁴Veja no site da instituição a seguinte matéria sobre a diversidade sexual: <http://www.escolasempartido.org/component/acymailing/archive/view/mailid-43/key-7e520a1cbe6deddc38327955c4c533be/subid-307-6d836d908ff0bc2a9dff156540bdcb92> . Acesso: 09 maio 2017.

⁵O conservadorismo compreende a sociedade pela “aversão instintiva à mudança e a correspondente ligação às coisas tais como ela são (...)” (CROWTHER, 1996, p.134). Ainda na esteira do pensamento do autor, atos conservadores são sintomas de torpor de quando há deflagração de mudanças rápidas ou turbulentas de esferas que nunca antes foram motivos de preocupação, reconhecendo as manifestações contrárias segundo essa ordem como exceções.

midiatização, um conceito que será aplicado nesse texto que consiste na presença dos discursos midiáticos, não pela reprodução direta desses discursos na vida dos sujeitos, mas como uma outra proposta reconfigurada, “mudança de perspectiva em relação ao lugar ocupado pelas mídias no funcionamento das sociedades e na construção dos parâmetros pelos quais essas sociedades criam suas ‘realidades’” (MATTOS; VILLAÇA, 2011, p.12).

A reverberação de valores misóginos foi possível não apenas porque há discursos midiáticos que produzem esses sentidos, mas também porque há o desenvolvimento de afetos e sensibilidades para que esses valores sejam reverberados por e entre os interlocutores das mensagens. A promoção de discursos midiáticos misóginos e a reverberação deles no espaço social acontecem porque as paixões e preferências pessoais invadiram o espaço político de modo ofensivo. Quando esse fenômeno emerge no espaço social, há conflitos que seriam desnecessários às questões políticas; brechas são abertas no bojo social que causam o comprometimento da dinâmica de concerto e integração social. A lei seria uma forma de organizar o espaço político, prevendo a atuação pública, todavia, a ruptura dessa condição abre lacunas para que paixões, em forma de desmoralização, entrem em cena publicamente, como a renegação de partidos e setores acerca dos resultados das urnas em 2014. Mesmo sendo eleições diretas e democráticas, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) entrou com pedido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para esclarecer os números e eleição da presidente eleita. Mais que desqualificar os adversários políticos, essa ação questiona os métodos democráticos e livres para a eleição de representantes, um sinal de perversão aos valores democráticos do país.

A insatisfação de grande parte da população frente aos governos petistas, aumento da inflação e desemprego e o envolvimento de governantes em escândalos de corrupção tornaram-se fissuras para que

discursos apolíticos ascendessem no cenário público. Nesse contexto ascenderam no cenário público os sujeitos considerados por Tales Ab'sáber (2016) como sendo *homem conservador médio*,

(...) antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga - um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção patriarcal e agregada, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna - pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso (p.35).

A intenção de afirmar valores conservadores pelo discurso encontra-se na matéria do site da *Veja* que tem como título *Bela, recatada e do lar*, ao apresentar aquela que, na época da veiculação da matéria, era a segunda-dama do Brasil: Marcela Temer, esposa de Michel Temer. Os adjetivos referem-se à Marcela como sendo o exemplo ideal de esposa por ser discreta, bonita e não exercer qualquer atividade que fosse fora do ambiente doméstico, resumindo-a à sombra do marido. Aliás, a matéria percorre exclusivamente o espaço privado:

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país (...). Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas "Mar" e "Mi", como são chamados em família. (...) o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. (LINHARES, 2016)

A matéria segue apresentando Marcela entre os cuidados do filho do casal, os procedimentos estéticos que cultiva e o seu resumido currículo profissional. De acordo com site, ela, mesmo formada em Direito, nunca exerceu a profissão, atuou apenas como recepcionista e foi segunda colocada em concursos de beleza. A matéria encerra com um poema feito por Temer que possivelmente é dedicado a ela, mostrando um amor efusivo entre o casal e com a frase “Michel Temer é um homem de sorte.” (LINHARES, 2016).

Como o discurso é um dispositivo de poder, a arquitetura discursiva da matéria não se apreende exclusivamente naquilo que está escrito, mas também naquilo que não está escrito, por isso a necessidade de ir *mais*, como apresenta Foucault⁶. A intenção não era apenas ratificar o papel social da mulher segundo uma visão conservadora, mas de reforçar estereótipos contra mulheres que não apresentassem o perfil da personagem da matéria. Às demais mulheres que operam fora desse esquadro não as caberiam o reconhecimento político e social? Esse movimento não deixa de ser misógino e perverso, por duas considerações: a primeira por estereotipar a representação da mulher em valores refratários que envolvem apenas concepções domésticas. A formação de estereótipos é perversa na medida em que represa significações a valores estanques; e segundo por desconsiderar as demais representações de identidade e gênero fora do esquema apresentado pela revista.

A desqualificação pela misoginia em discursos imagéticos também foi renitente nas práticas midiáticas. A partir das análises realizadas percebe-se que a intenção da *Veja* não foi necessariamente de combate à corrupção,

⁶ “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem relevam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto de desejo; visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2003, p.10)

mas a promoção de indivíduos e projetos de direita pela desqualificação de ações políticas, por isso a escolha da presidente como fetiche e as montagens elaboradas por esse motivo. Todavia, essa ação é o que deteriora de modo significativo o espaço político; as montagens provocadas pelas paixões cegam a criticidade e a reflexão para ações públicas. Essa medida teve grande representatividade na produção discursiva da mídia e teve reverberação justamente pelo afeto causado entre os interlocutores. Segundo a revista, o encaminhamento do pedido de impedimento até a sua conclusão foi dado sob o aspecto da legalidade como sendo uma manifestação democrática. Como no editorial *A beleza do impeachment*, da edição de número 2455, de 9 de dezembro de 2015, em que foi defendida a constitucionalidade do *impeachment* apenas sob o olhar jurídico, desprendendo-se da necessidade de refletir sob outros aspectos morais, ético, e, principalmente, da razoabilidade:

“Impeachment não é guerra”. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950 (...) A beleza do impeachment está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade em inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade. (VEJA, 2016, p.14).

Figura 1



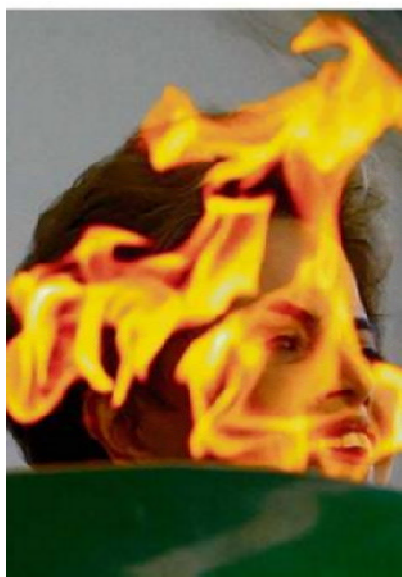
Revista Veja, edição nº2474/ Reprodução do original

Há a necessidade de retirar a presidente do cenário político, nem que para isso se subvertam códigos democráticos. Em outro momento, metaforizar a imagem da presidente rasgada na capa da revista não apenas a desconsidera como chefe de Estado, mas reconhece nela uma figura que precisa ser mitigada da memória social e ser eliminada da política, mesmo tendo sido eleita democraticamente. O tom ofensivo também prossegue na edição de nº 2477, de 11 de maio de 2016, em que foi pareada com Eduardo Cunha, presidente do Senado que teve o mandato cassado e cumpre pena em Curitiba por conta da operação Lava-jato. A intenção da revista foi de equipará-los com seguinte chamada: *Tchau, querida/Tchau, querido: Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha⁷, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita. A montagem teve a intenção de estabelecer equivalência entre as duas figuras, sendo que Dilma, até o momento, não foi julgada em qualquer ação jurídica e nem foi presa; e ele se encontra nessa condição desde outubro de*

⁷ O bordão *Tchau, querida* começou a circular por grupos e sujeitos que defendiam a saída de Dilma da presidência. No dia de votação para aceite ou não do pedido de *impeachment* na Câmara do Deputados, essa frase foi dita em vários momentos.

2016. A necessidade de bani-la do cenário político também se encontra na imagem que ela aparece atrás da pira olímpica, simulando uma queima, com o título da matéria: *Os últimos dias de Dilma Rousseff*. Essa imagem foi veiculada primeiramente na capa do jornal *O Estado de São Paulo*, de 04 de maio de 2016.

Figura 2



Revista Veja, nº 2477, p. 50/ Reprodução do original

Não foi apenas a *Veja* que apresentou discursos misóginos. A revista *Isto é*, da editora *Três*, apresentou discursos verbais e imagéticos sobre a representação de gênero na edição de número 2417, de 06 de abril de 2016, dias antes do afastamento dela da presidência. A chamada da capa *As explosões nervosas da presidente*, remete a possíveis descontroles emocionais e conflitos com sua equipe de funcionários e isso seria motivo para incapacitá-la ao exercício da presidência. Mesmo sendo uma figura pública do cenário político partidário, a ocorrência de destemperos em situações privadas deveria ficar restrita aos espaços pertinentes, mas a publicação trouxe à tona para justificar a necessidade da sua saída da presidência:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016)

O discurso da matéria também conta com o posicionamento de uma psiquiatra, Elisabeth Kübler-Ross. A profissional apresenta os estágios de momentos de perda ou de possíveis perdas (negação, raiva, negociação, depressão e aceitação) para explicar as situações emocionais do ser humano. A presença desse discurso é uma alavanca para legitimar o discurso da revista, ou seja, a interdiscursividade apresentada na matéria outorga e justifica uma condição de verdade sobre as condições emocionais da presidente pelo poder exercido segundo o conhecimento científico. "Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade." (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016). O discurso também é machista, pois o que é tomado como 'normalidade agressiva' (destempero linguístico, volume maior na voz, assertividade etc.) no homem é equiparado à histeria ou crise nervosa na mulher. Isso desqualifica não apenas a presidente para o exercício da política, mas o espaço político como sendo território também feminino:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016)

A revista ainda compara Dilma à Dona Maria I, avó paterna de D. Pedro I, conhecida como Dona Maria Louca. Mais uma vez, há a presença de outro discurso, agora de um historiador, para justificar a semelhança entre a presidente e a monarca, que marcou a história por seus comportamentos abruptos e insanos. A comparação, além de ser anacrônica, é desmedida, uma vez que se trata de figuras completamente diferentes em situações distintas. A perversão desse caso trata-se de uma montagem de equivaler as atitudes da rainha à mesma condição do impeachment, forjando uma distância inexistente, ainda mais em tom de cinismo ao acrescentar tratamentos evacuantes intestinais para amenizar a tensão histórica:

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016)

A representação imagética da capa acompanha a montagem perversa em dois movimentos. O primeiro deles de desqualificar e dessubjetivar a mulher pela condição emocional, como se os destemperamentos não fossem pertencentes à condição humana, ainda mais em momentos como o *impeachment*. A intenção de promover signos estereotipados para a representação da mulher no espaço político, um ser histórico que se utiliza dos surtos como estratégias de defesa. A outra montagem perversa, e não menos importante, é quanto à representação imagética da presidente.

Figura 3



Revista Isto é, nº 2417/ Reprodução do original

A fotografia que ilustra a capa não foi produzida em um suposto surto histórico da presidente, mas durante uma aparição pública dela na torcida pela seleção brasileira em uma partida de futebol pela Copa do Mundo, em 2014, que aconteceu no Brasil⁸. Qual é a contribuição ao espaço político da montagem imagética proposta sendo que nem a imagem veiculada apresenta correlação com o teor da matéria? Por isso que a montagem perversa prevê a forja de uma realidade sem a necessidade de verossimilhança, uma estratégia para justificar suas próprias leis criadas.

As manifestações misóginas não se limitam apenas nas construções dos discursos midiáticos, mas reverberam no tecido social e fomentam sintomas culturais. Esses discursos, além de serem produzidos segundo uma intenção de poder e perversão, permanecem vivos e em circulação justamente porque desenvolvem afetos entre os interlocutores promovendo culturas em processos de interação, como propôs Martín-Barbero (2004) ao refletir sobre as *mediações comunicativas da cultura*. A ideia do autor foi de apresentar como a comunicação, através das mediações realizadas, é

⁸ É importante frisar que na abertura dos jogos, a presidente foi vaiada e xingada com expressões misóginas durante o evento de abertura.

capaz de desenvolver culturas e valores, ainda mais pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo; para isso, o autor leva em consideração a participação dos interlocutores nos processos comunicativos, bem como suas formas de interação, referências e consumo, desenvolvendo “novas esferas do público e formas novas de imaginação e criatividade” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.230).

Na perspectiva dele, há uma nova reconfiguração dos processos comunicativos que prevê a urgência de perceber todos os artefatos e considerações dos meios de comunicação para compreender a cultura contemporânea, analisando também as perspectivas sócio-históricas que são estabelecidas entre os meios de comunicação e os sujeitos envolvidos. A partir desse momento, a comunicação não pode ser compreendida apenas na recepção dos conteúdos, mas na circulação e interface que os sujeitos promovem na sociedade, por isso o fenômeno da *mediatização da cultura* que abarca a formação cultural pelos processos comunicativos no tecido social. Como aponta Barros (2012):

As “mediações comunicativas da cultura” poderiam ser entendidas como mediatização da cultura. Vale observar que os dois termos não são conflitantes, já que eles sugerem conotações bem próximas. Enquanto “mediatização” vem sendo pensada como uma nova forma de sociabilidade, decorrente de uma lógica midiática, “mediação” traz já de algum tempo o sentido das interações sociais, que nos dias de hoje se dão essencialmente – mas não exclusivamente – por intermédio da mídia. (p.88)

Esses posicionamentos oferecem base para acreditar na independência de compreensão e interpretação dos interlocutores sobre o processo comunicativo, o que de fato é realizado; nem todos recebem, interpretam e fazem circular os conteúdos de maneira igual. Isso aconteceu, por exemplo, nas manifestações de deboche e ironia com matéria *Bela, recatada e do lar* quando mulheres postaram em redes sociais textos e fotos

em situações hilárias ou inusitadas (bêbadas, em situação de risco ou apuros, tropeçando etc...), desconstruindo (e até contradizendo) o aspecto conservador da matéria. Todavia, o cunho perverso também pode ser encontrado nos processos de midiaticização, uma vez que a cultura de desqualificação do outro é um argumento dos discursos midiáticos e circula livremente na sociedade. Nem sempre será possível diagnosticar ou mensurar sujeitos que se consideram abertamente machistas ou misóginos, entretanto, algumas nuances podem ser vistas em consoante aos discursos midiáticos, sendo midiaticizadas em outras práticas e que também trazem signos perversos.

Figura 4



Adesivo de carro/ Reprodução

Certamente houve pessoas que se indignaram com a circulação, produção e uso dos adesivos⁹ acima e que acreditam que o *impeachment* de Dilma passou também pelo viés sexista, como mostra o livro *Mídia, misoginia e golpe*, de autoria de Sousa et. al (2016), obra que reúne várias entrevistas de mulheres e homens, professores, acadêmicos, militantes, jornalistas, cientistas políticos, entre outros profissionais que justificam o *impeachment* atravessado por intenções misóginas. Além disso, é importante considerar que o uso do adesivo no carro é também sintoma das práticas

⁹ A matéria pode ser vista em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9gleRCRD.html>. Acesso: 03 maio 2017.

discursivas da comunicação, uma vez que a mídia prezou pela desqualificação, instrumentalização e dessubjetivação da condição de ser mulher como forma de eliminá-la do espaço político.

O adesivo é símbolo que ratifica e reverbera a qualidade perversa misógina no cotidiano. Mais uma vez, recorremos à Hannah Arendt (1999, 2004) que afirma que o mal se encontra nas práticas do cotidiano entre pessoas anônimas, o que possibilita que ele se espalhe sem mensura ou proporção. O conceito de banalidade do mal foi compreendido por Arendt durante o julgamento de Adolf Eichmann¹⁰. A imagem desenhada pela opinião pública era de um homem agressivo, repugnante, tanto que durante o julgamento ele ficou restrito a uma caixa de vidro por motivos de segurança. Todavia, Arendt viu apenas um sujeito medíocre, reduzido intelectualmente, até mesmo patético, alguém absolutamente convencional.

Para ela, a promoção do mal se encontra na incapacidade de pensar e refletir. Por isso, ela afirma: “Será que a natureza da atividade pensar – o ato de examinar, refletir sobre tudo aquilo que vem a acontecer, independentemente de qualquer conteúdo específico e de resultados – poderia ser tal que condiciona os homens a não fazer o mal?” (ARENDR, 2004, p. 227-228). Para Arendt, o mal não é de nascença e não tem raiz, mas é banal na compreensão de que é praticado no cotidiano de ações comuns sem a devida reflexão. No caso de Eichmann, durante todo julgamento, ele se acreditava inocente e que não era responsável pela morte de milhares pessoas. Em parte ele tem razão, por não ter capacidade de pensar no mal que estava fazendo na reprodução de ordens dadas no ambiente em que trabalhava, já que havia discursos que ratificavam suas atitudes, todavia, foi cúmplice em todas as atrocidades promovidas. Mesmo

¹⁰ Resumidamente, Otto Adolf Eichmann foi o profissional responsável pela logística dos trens aos campos de concentração na Europa no período da Alemanha nazista. O estado de Israel entendeu que ele cometeu crime contra o povo judeu e, assim, foi executado após o julgamento.

não o considerando culpado, como apontou Hannah Arendt, isso não o eximia da responsabilidade, ele é um dos responsáveis pela proporção que alcançou a perversão do sistema nazista.

Em operação semelhante à visão de Arendt, estão os sujeitos que produzem, comercializam e utilizam o adesivo que insinua práticas sexuais da presidente. Esses sujeitos também não estão muito distantes do *homem conservador médio* (AB'SÁBER, 2016), conceito apresentado anteriormente. Eles ferem e fragilizam as ações políticas porque trazem à tona a mediocridade e falta de entendimento do que seja pensar politicamente para ao espaço público. Uma regressão da política que "(...) implica gozos baixos, do ódio que poderia se alçar ao sadismo, simplificação de toda a vida pública e social e do direito ao desprezo do destino da vida popular. É uma política do direito ao ódio fixado, frente à vítima escolhida" (p.44), uma afronta aos movimentos políticos.

Esses sujeitos são absolutamente normais, ilustres desconhecidos no cenário público; entretanto, tornam-se pessoas de alta carga de responsabilidade quando se privam da capacidade de pensar e refletir sobre suas atitudes e comportamentos, gerando movimentos perversos de aspecto misógeno. A midiaticização nesse caso também acompanhou as formações discursivas propostas pela mídia que renegam a condição do outro dentro do espaço político em ações que ilustram machismo e misoginia, promovendo, inclusive, a reverberação de perversões.

Considerações finais

Pelas considerações apresentadas, as perversões edificadas pelos discursos midiáticos pelas montagens tomam conta do espaço político como forma de poder pela legitimação de discursos e a circulação desses discursos como formação de verdades. Com isso, as montagens das

matérias que foram escolhidas não tratam com a devida atenção assuntos e temas que deveriam ser abordados no espaço político, mas se articulam para promoverem realidades que descaracterizam os movimentos políticos e trazem à tona as paixões privadas e pequenas que, de alguma forma, são reverberadas e desconstroem as ações políticas.

O descontentamento com as ações dos governos petistas, os índices alarmantes de inflação e desemprego e o envolvimento de políticos em manobras de corrupção, bem como os crimes de responsabilidade fiscal e outras ações obscuras, devem ser combatidas, repudiadas e questionadas no cenário político pela presença e manifestação pública da sociedade. Todavia, o modo de indignação não deveria se verter em atos de desqualificação que se instrumentalizam da sexualidade ou das representações de gênero em manifestações públicas.

As montagens e a circulação desses discursos deixam vivos os movimentos perversos de dessubjetivação e desmerecimento da mulher no cenário político. Trazer as referências da *banalidade do mal* e do *homem conservador médio*, assim como as montagens dos discursos midiáticos e as reverberações de ódio, elucidam para compreender o quanto que essas atitudes contribuem para o desmoronamento do espaço político. As agressões de cunho pessoal são tidas como sintoma da defesa das paixões e gostos pessoais ou de determinados grupos, referências que deveriam estar restritas aos espaços privados; movimentos perversos que desmerecem a mulher no cenário público e também enfraquecem as arquiteturas políticas no país.

Referências

AB'SÁBER, Tales. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra, 2016.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo. Perspectiva, 1979.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARROS, Laan Mendes. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Angela; JACKS, Nilda. *Mediações & midiatização*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012, pp. 79-106.

BITTAR, Eduardo C. *Curso de filosofia política*. São Paulo: Atlas, 2011.

CROWTHER, Ian. Conservadorismo. OUTHWAITE, Willian, et. al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. 9º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta – Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LINHARES, Juliana. Bela, recata e do lar. *Site Veja*, 18 abril de 2016. <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>
Acesso em: 1 maio 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa; ARIAS NETO, José Miguel. Impeachment, perversão e misoginia. *Domínios da imagem*, v. 11, n. 20, p. 11-38, jan./jun. 2017.

ISSN 2237-9126

MATTOS, Maria Angela; VILLAÇA, Ricardo Costa. Aportes para uma nova visada da metapesquisa em Comunicação. In: Encontro Anual da Compós 2011. Porto Alegre: *Anais...*Porto Alegre: Compós, 2011.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. *Site Isto É*, 06 de abril de 2017. http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ Acesso em: 1 maio 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SAFATLE, Vladimir. *Fetichismo: colonizar o outro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA, Janara Kalline Leal Lopes de; et al. *Mídia, misoginia e golpe*, 1. Ed. Brasília: FAC-UnB, 2016.

SZPANCENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *Perversão social e reconhecimento na atualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

A beleza do impeachment. *Veja*, n. 2455, 9 de dezembro de 2016, p. 14.

WEIBERG, Monica; PEREIRA, Camila. Você sabe o que estão ensinando a ele? *Veja*, n. 33, ed. 2074, 20 agosto 2008, pp. 72-75.

_____. Prontos para o século XIX. *Veja*, n. 33, ed. 2074, 20 agosto 2008, pp. 76-86.